

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

CNPJ: 18.245.183/0001-70, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Pe. João Maciel Neiva, 15, Centro, Santana da Vargem-MG, CEP: 37.195-000, regida pela Constituição Federal de 1.988, pela Lei 4.320/64, pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei 8.666/93, Lei de Licitações Públicas e pela Lei Complementar 101 de 2000.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

NOTA 1 - Contexto Operacional

A Prefeitura Municipal de Santana da Vargem-MG compreende os órgãos sem personalidade jurídica, composto por 06 Secretarias Municipais e 02 Fundos Especiais (FMAS e FMS).

NOTA 2 – Resumo das políticas Contábeis Significativas

As políticas contábeis significativas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo.

2.1 – Da elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas, consolidando os dados referentes às execuções orçamentárias, financeiras e patrimoniais do Poder Executivo Municipal, do Poder Legislativo Municipal, e refletem a padronização e as inovações contidas na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e suas alterações posteriores, na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, e

suas alterações posteriores, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), e na Instrução Normativa nº 05, de 8 de junho de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e suas alterações posteriores.

2.2 - Critérios na elaboração das demonstrações contábeis e informações complementares

2.2.1. Do Balanço Orçamentário

Demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- (a) as receitas por fonte (espécie); e
- (b) as despesas por grupo de natureza

Receitas e Despesas

As receitas e despesas orçamentárias foram escrituradas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG n.º 163 de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos da Instrução Normativa nº 05, de 08 de junho de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e suas alterações posteriores e estão em consonância com o Plano de Contas aplicado ao Setor Público.

Considerou-se como despesas realizadas as legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, conforme o art. 35, da Lei Federal nº 4.320/64.

Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de caixa para as receitas e o regime de competência para as despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores.

Previsão inicial X Dotação Inicial

Os valores registrados na coluna de previsão inicial foi de R\$24.568.836,00 e refletem os valores da posição inicial do orçamento constante da LOA.

As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas até a publicação da LOA compõem a referida coluna e estão abaixo mencionadas:

O valor de créditos iniciais (despesas) constantes da LOA foi de R\$24.568.836,00.

A diferença entre a previsão inicial (receita) e a dotação inicial (despesa) foi de R\$0,00, o que reflete o equilíbrio no orçamento.

Previsão atualizada / Receita Realizada X Dotação Atualizada / Despesa Empenhada

O saldo foi obtido pela diferença entre as receitas realizadas e a previsão atualizada e representa o valor de R\$7.566.639,11 a menor do que o previsto, o que corresponde a insuficiência de arrecadação ocorrida no exercício, devido, principalmente a não realização de transferências de convênios previstos.

A diferença entre a receita realizada e a despesa empenhada foi de R\$14.315,53 o que significa uma diferença da receita realizada em relação à despesa empenhada. Isso se deve ao fato de ter se apurado superávit orçamentário.

Despesas Liquidadas/Despesas Pagas/Despesas Empenhadas

a) Despesas Liquidadas (g) R\$15.739.625,76 – Despesas Pagas (h) R\$15.472.575,93 = Restos a Pagar Processados inscritos no exercício R\$267.049,83;

b) Despesas Empenhadas(f)R\$16.987.881,36 – Despesas Liquidadas(g)R\$15.739,625,76 = Restos a Pagar não Processados inscritos no exercício R\$1.248.255,60

O montante de movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento do exercício foi de R\$796,740,00.

Da análise

1 - O Quociente do Equilíbrio Orçamentário é resultante da relação entre a Previsão Inicial da Receita e a Dotação Inicial da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e fixação constante na LOA.

2 - O Quociente de Execução da Receita é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Atualizada da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para a cobertura de despesas.

3 - O Quociente de Desempenho da Arrecadação é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Inicial da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para administração dos indicadores fiscais.

4 - O Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação é resultante da relação entre os Créditos Adicionais abertos por meio de excesso de arrecadação e o total do excesso de arrecadação, indicando a parcela do excesso de arrecadação utilizada para abertura de créditos adicionais.

Adicionalmente, é pertinente que esta análise seja desdobrada por destinação de recursos.

5 - O Quociente de Utilização do Superávit Financeiro é resultante da relação entre os Créditos Adicionais Abertos por meio de superávit financeiro e o total do superávit financeiro apurado no exercício anterior, indicando a parcela do superávit financeiro utilizada para abertura de créditos adicionais.

Adicionalmente, é pertinente que esta análise seja desdobrada por destinação de recursos.

6 - O Quociente de Execução da Despesa é resultante da relação entre a Despesa Executada e Dotação Atualizada, cuja discrepância pode ser ocasionada por ineficiência no processo planejamento-execução ou a uma economia de despesa orçamentária.

7 - O Quociente do Resultado Orçamentário é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit.

8 - O Quociente da Execução Orçamentária Corrente é resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente. A interpretação desse quociente indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

9 - O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga, indicando o quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.

Informação Relevante

Ocorreu superávit orçamentário no valor de R\$14.315,53, devido à diferença à maior entre a execução da receita e da despesa orçamentária.

Despesas executados por tipo de crédito:

Crédito inicial - R\$24.568.836,00

Crédito suplementar – R\$2.609.391,74

Crédito Especial – R\$612.671,29

Crédito Extraordinário – R\$ 0,00.

O saldo dos restos a pagar não processados liquidados somam o valor de R\$1.248.255,60, foram transferidos para restos a pagar processados.

A diferença a maior entre a coluna dotação atualizada e despesa empenhada corresponde a uma economia na realização da despesa, pois, parte da dotação inicial autorizada no orçamento, eventualmente atualizada por créditos adicionais, não foi utilizada para a execução de despesas.

2.2.2. Do Balanço Financeiro

Demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é um quadro com duas seções:

Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e;

Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.

Da Análise

A análise e a verificação do Balanço Financeiro têm como objetivo predominante preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira.

O objetivo do Balanço Financeiro é evidenciar os ingressos e dispêndios de recursos em um determinado exercício financeiro. Dessa forma, partindo do item Disponível do Exercício Anterior (saldo inicial), deve-se adicionar a receita orçamentária, as transferências financeiras recebidas e os recebimentos extraorçamentários e subtrair as despesas orçamentárias, as transferências financeiras concedidas e pagamentos extraorçamentários, chegando-se assim, no valor do Disponível para o Exercício Seguinte (saldo final).

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do ente público em um determinado exercício. Esse cálculo pode ser efetuado de duas maneiras:

- 1) Saldo em espécie para o Exercício Seguinte menos o Saldo em Espécie do Exercício Anterior.
- 2) A soma das Receitas Orçamentárias mais as Transferências Financeiras Recebidas e os Recebimentos Extraorçamentários, menos a Despesa Orçamentária, as Transferências Financeiras Concedidas e os Pagamentos Extraorçamentários.

As informações sobre o fluxo de recursos das disponibilidades são úteis, ainda, para que os usuários possam tomar decisões que irão influenciar o fluxo de caixa da entidade. Possibilita, ainda, mensurar se o disponível é suficiente para pagar as obrigações referentes aos bens e serviços adquiridos e contratados e ainda satisfazer os gastos de manutenção.

Além disso, a discriminação do Balanço Financeiro por destinação de recurso (ordinária e vinculada) permite evidenciar qual a origem e aplicação dos recursos financeiros referentes à Receita e Despesa Orçamentárias de acordo com a sua vinculação legal. Por ocasião da realização da receita orçamentária, evidencia-se a finalidade específica para a futura aplicação dos recursos financeiros. Por outro lado, a execução da despesa orçamentária indica a finalidade específica da efetiva aplicação desses recursos.

A destinação dos recursos, na execução orçamentária da receita e da despesa, permite avaliar que demandas da sociedade tiveram arrecadação e empenho, conforme as vinculações legais.

Informação Relevante

O detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos apresentam-se de forma que algumas fontes apresentam superávit na arrecadação e aplicação, e outras apresentam valores arrecadados insuficientes para amortização dos

compromissos assumidos. A administração municipal deverá se deter a cada fonte de forma a administrar e aplicar os recursos disponíveis e alcançar os resultados almejados, mas se limitando aos valores disponíveis, de forma a não desequilibrar as finanças municipais.

Apurando-se fonte a fonte verifica-se resultados positivos, suficientes para quitar obrigações e também resultados negativos, que deverão ser reavaliados de forma a suprir saldos negativos.

2.2.3. Da Demonstração das Variações Patrimoniais

Consiste nas variações quantitativas.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido e são divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

Patrimônio

As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas.

O resultado das variações patrimoniais representa superávit no valor de R\$1.602.480,97.

Da análise

Pela demonstração, deve-se avaliar o resultado patrimonial, que é afetado tanto por fatos orçamentários quanto extraorçamentários, observando os itens mais relevantes que interferiram no superávit ou déficit patrimonial.

A avaliação de gestão, a partir da Demonstração das Variações Patrimoniais, tem o objetivo de apurar o quanto e de que forma a administração influenciou nas alterações patrimoniais quantitativas e qualitativas do setor público.

O resultado patrimonial é um importante indicador de gestão fiscal, já que é o principal item que influencia na evolução do patrimônio líquido de um período, objeto de análise do anexo de metas fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os fatos orçamentários e extraorçamentários relevantes que contribuíram para o Resultado Patrimonial positivo, gerando um superávit patrimonial foram o conjunto de ações administrativas ao longo do exercício de 2016.

2.2.4. Do Balanço Patrimonial

É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

a) Ativo - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

b) Passivo - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

c) Patrimônio Líquido - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

d) Contas de Compensação - compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio.

Ativo Circulante

Foram inscritos os ativos realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, assim divididos: caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente.

Ativo Não-Circulante

Foram inscritos os ativos realizáveis após doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Passivo Circulante

Foram inscritas as obrigações conhecidas e estimadas que atenderam aos seguintes critérios: com prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade, com prazos esperados até doze meses após a data das demonstrações contábeis, sendo: obrigações trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, Obrigações Fiscais a Curto Prazo, Demais Obrigações a Curto Prazo, Provisões a Curto Prazo.

Passivo Não-Circulante

Foram inscritas as obrigações conhecidas e estimadas que não atenderam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante, sendo: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo prazo, Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, Fornecedores a Longo Prazo, Obrigações Fiscais a Longo Prazo, Demais Obrigações a Longo Prazo, Provisões a Longo Prazo, Resultado Diferido.

Patrimônio líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Neste caso, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto. Em 2016 foi apurado um Ativo Real Líquido no valor de R\$10.882.969,43.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários, que contenham atributo (F).

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa, que contenham atributo (P).

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita), que contenham atributo (F).

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, que contenham atributo (P).

O saldo patrimonial no exercício de 2016 foi de R\$10.882.969,43

Dívida Ativa

Foi inscrito a título de Dívida Ativa o valor de R\$194.374,31

Superávit/Deficit Financeiro

Corresponde a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Para fins de abertura de crédito adicional, devem-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

O deficit financeiro apurado em 31 de dezembro de 2016 atingiu um montante de R\$194.269,91, o que pode-se verificar no demonstrativo do déficit financeiro apurado no balanço patrimonial, sendo que:

Da análise

1) Liquidez Imediata (LI) – Disponibilidades /Passivo Circulante

Indica a capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos.

2) Liquidez Corrente (LC) - Ativo Circulante/Passivo Circulante

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.).

3) Liquidez Seca (LS) - (Disponibilidades + Créditos a Curto Prazo) /Passivo Circulante

Demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer face às suas obrigações de curto prazo.

4) Liquidez Geral (LG) – (Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante).

A liquidez geral, ou índice de solvência geral, é uma medida de capacidade da entidade em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazos.

5) Índice de Solvência (IS) – (Ativo Circulante + Ativo Não-Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante).

Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro.

6) Endividamento Geral (EG) – (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante) / Ativo Total

O grau de endividamento no exercício de 2014 foi de 0,14 (total da dívida representa 14% do total do ativo).

Informação Relevante

Analisando os dados do balanço patrimonial podemos concluir que a entidade não dispõe de recursos financeiros para quitação de dívidas de curto prazo, devendo no próximo exercício adequar suas finanças no sentido de obtenção de melhores indicadores. Os débitos de longo prazo estão sendo quitados dentro dos prazos, mas os credores, que são dívidas de curto prazo, estão se acumulando, o que gera descontrole financeiro.

2.2.5 Da Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

- (a) das operações;
- (b) dos investimentos; e
- (c) dos financiamentos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

Da análise

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa à análise do desempenho financeiro do setor público, permitindo:

ter uma visão da situação das finanças públicas, possibilitando efetuar comparações entre ingressos e desembolsos por tipos de atividades (operacionais, de investimento e de financiamento), e avaliar as decisões de investimento e financiamento público;

avaliar a situação presente e futura do caixa da entidade, permitindo análise de liquidez;

conhecer a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios gerados pelas operações;

a análise imediata da disponibilidade e do impacto da mesma nas finanças da entidade, quando da inserção de nova despesa na programação;

avaliar a previsão de quando é possível contrair novas despesas sem que isso comprometa as finanças públicas;

A DFC é um importante instrumento de avaliação da gestão pública, pois permite inferir, em nível macro, quais foram as decisões de alocação de recursos na prestação de serviços públicos, em investimentos e financiamentos, além de que permitir a verificação de como a administração influenciou na liquidez da entidade, de forma a prevenir insolvência futura.

Informações Relevantes

A Administração não pode receber empréstimos e financiamentos, como também não tem capacidade de investimento, tendo em vista, o resultado do fluxo de caixa líquido negativo das atividades de investimento e financiamento, conforme demonstrado na Demonstração dos fluxos de caixa.

Os recursos arrecadados vem sendo comprometidos com despesas de custeio, não havendo disponibilidade para investimentos no curto prazo. As despesas fixas consomem até 100% dos valores arrecadados. A administração deveria tomar providências no sentido de redução dos custos fixos, para que possa haver, num futuro próximo, disponibilidade financeira para retorno da capacidade de investimento.